



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**FLÁVIA GALDINO DA SILVA**

**IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA  
COVID-19: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA**

**GUARABIRA/PB  
2024**

FLÁVIA GALDINO DA SILVA

**IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA  
COVID-19: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia.

**Área de concentração:** Políticas Públicas e Educação

**Orientadora:** Profa. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley

GUARABIRA/ PB  
2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Flavia Galdino da.  
Impactos na educação do campo no contexto da pandemia da COVID-19 [manuscrito] : uma análise netnográfica / Flavia Galdino da Silva. - 2024.  
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Profa. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley, Departamento de Educação - CH. "

1. Educação do Campo. 2. COVID-19. 3. Desigualdade Educacional. I. Título

21. ed. CDD 370.7

FLÁVIA GALDINO DA SILVA

**IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia.

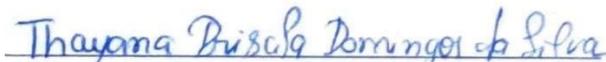
**Área de concentração:** Políticas Públicas e Educação

Aprovada em: 05/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Thayana Priscilla Domingos da Silva (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)

Aos meus pais, pelo carinho, amor e apoio incondicional, eu, DEDICO.

## LISTA DE TABELAS

Quadro 1	Título, participantes, ano e objetivo	14
Quadro 2	Impactos da pandemia tratados em ambas as <i>lives</i>	18

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUnB	Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
CEB	Câmara de Educação Básica
CH	Centro de Humanidades
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FAED	Faculdade de Educação
FETAGRI-PA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares do Estado do Pará
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FPEC	Fórum Paraense de Educação do campo
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESDOBRAMENTOS NO ENSINO REMOTO.....</b>	<b>11</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>13</b>
<b>4.1 Direito à Educação e volta às aulas na pandemia - TV FONEC .....</b>	<b>14</b>
<b>4.2 Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas - TV FONEC .....</b>	<b>17</b>
<b>4.3 Refletindo sobre os impactos da pandemia na modalidade de Educação do Campo</b>	<b>18</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>

## IMPACTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE NETNOGRÁFICA

### IMPACTS ON RURAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: A NETNOGRAPHIC ANALYSIS

Autora: Flávia Galdino da Silva<sup>1</sup>

Orientadora: Profa. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley<sup>2</sup>

#### RESUMO

A modalidade de Educação do Campo percorre um grande processo de luta e busca de igualdade e consolidação de um ensino contextualizado. Nesse sentido, com o início da pandemia do COVID-19, o mundo e a educação vivenciaram repentinas mudanças, o que ocasionou significativos impactos na modalidade de Educação do Campo. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar os desafios da Educação do Campo no contexto da pandemia da COVID-19, por meio de duas *lives* disponibilizadas pela plataforma do YouTube, no canal da TV FONEC. De forma mais específica: a) Analisar os desdobramentos do ensino remoto na Educação do Campo durante a pandemia; b) Investigar o direito à educação e os desafios da volta às aulas presenciais na pandemia; e c) Refletir sobre os impactos da pandemia na permanência da Escola Pública nos territórios rurais e tradicionais. Utilizamos como ponto de partida o seguinte questionamento: De que forma os desafios enfrentados pela modalidade de Educação do Campo foram destacados no período da pandemia? Para o desenvolvimento do arcabouço teórico que fundamentou o trabalho, foram utilizados os escritos de Molina (2015), Viero e Medeiros (2018), Silva, Cunha e Santos (2021), Silva (2021), Bastos *et al.* (2023), dentre outros autores que contribuíram para a compreensão e debate desta temática. Realizou-se, assim, uma pesquisa de metodologia qualitativa, com abordagem descritiva em conjunto com a pesquisa Bibliográfica e Netnográfica. Diante disso, a partir da análise entre as duas *lives* verificou-se que, o período pandêmico ocasionou retrocessos e desafios no contexto da modalidade de Educação do Campo. Com isso, foi possível concluir que este período evidenciou ainda mais a falta de políticas públicas que atendessem às necessidades postas neste contexto, além de destacar as crescentes desigualdades educacionais e tecnológicas, o que impossibilitou um ensino significativo e de qualidade. Dessa forma, é importante repensar e ressignificar o ensino para a população do campo, além de elucidar a importância da resistência e coletividade, para assim, superar as limitações.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. COVID-19. Desigualdade educacional.

#### ABSTRACT

The Rural Education modality goes through a great process of struggle and search for equality and consolidation of contextualized teaching. In this sense, with the beginning of the COVID-19 pandemic, the world and education experienced sudden changes, which caused significant

---

<sup>1</sup> Licencianda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH).

<sup>2</sup> Professora Orientadora do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH).

impacts on the Rural Education modality. Thus, this research has the general objective of presenting the challenges of Rural Education in the context of the COVID-19 pandemic, through two live streams made available on the YouTube platform, on the FONEC TV channel. More specifically, analyze the impacts of inequalities during the pandemic in the Rural Education modality, examine the challenges and attacks faced by Rural Education during the pandemic, and finally, identify the setbacks and losses resulting from the challenges imposed by the pandemic to Rural Education. We used the following question as a starting point: How were the challenges faced by the Rural Education modality highlighted during the pandemic period? To develop the theoretical framework that supported the work, the writings of Molina (2015), Viero and Medeiros (2018), Silva, Cunha and Santos (2021), Silva (2021), Bastos *et al.* (2023), among other authors who contributed to the understanding and debate of this topic. Thus, qualitative methodology research was carried out, with a descriptive approach in conjunction with bibliographic and netnographic research. Therefore, based on the analysis between the two *lives*, it was found that the pandemic period caused setbacks and challenges in the context of the Rural Education modality. With this, it was possible to conclude that this period further highlighted the lack of public policies that met the needs posed in this context, in addition to highlighting the growing educational and technological inequalities, which made meaningful and quality teaching impossible. Therefore, it is important to rethink and give new meaning to teaching for the rural population, in addition to elucidating the importance of resistance and collectiveness, in order to overcome limitations.

**Keywords:** Rural Education. COVID-19. Educational inequality.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação e o mundo vivenciaram drásticas mudanças a partir de uma pandemia repentina ocasionada pela COVID-19<sup>3</sup>. No Brasil, especificamente, os casos se iniciaram no mês de março do ano de 2020 e isso transformou e modificou a rotina de todos. Diante da emergência sanitária mundial, foram adotadas medidas emergenciais como: isolamento social, uso obrigatório de máscaras, uso frequente de álcool em gel, assim como, foram adotados, também, fechamentos de escolas e universidades, comércios, entre outras diversas medidas que tinham como objetivo amenizar as consequências e promover prevenções contra o coronavírus, pois até então era um vírus desconhecido (Agência Brasil, 2020).

A partir dessas questões, os governos e municípios passaram a estabelecer medidas para assegurar e dar continuidade ao ensino dos estudantes. Assim, foi adotado o Ensino Remoto Emergencial<sup>4</sup> (ERE), com aulas *online*, através de plataformas, ferramentas e aplicativos, como forma de possibilitar conteúdos escolares, visto que, está na Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 206, utilizando-se de paráfrase lá diz que é dever do Estado assegurar uma educação para todos e fornecer condições para o acesso e permanência nas instituições.

Dessa forma, a pandemia da COVID-19 impactou profundamente diversos setores da sociedade, incluindo a educação. Com o surgimento de desafios inesperados, as instituições de ensino da rede particular do campo foram afetadas, enfrentando obstáculos adicionais em comparação às áreas urbanas.

No entanto, as alternativas para educação no caráter emergencial não asseguraram de forma efetiva um bom desenvolvimento tanto dos educadores como dos educandos, pois um

---

<sup>3</sup> A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo Coronavírus SARS-Cov-2 e ocasiona infecções respiratórias nos indivíduos contaminados.

<sup>4</sup> Segundo Behar (2020), o Ensino Remoto Emergencial é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento social e geográfico de professores e alunos, o qual foi adotado temporariamente nos diferentes níveis de ensino para que as atividades escolares não fossem interrompidas.

dos grandes desafios nesse momento era implementar o acesso à internet para possibilitar as aulas remotas. Assim, são necessárias reflexões e debates acerca das consequências no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e do trabalho educacional dos docentes. Tais consequências são geradas pela repentina adoção de métodos emergenciais, falta de ações governamentais e pela desigualdade educacional que atinge a população do campo.

Diante desse cenário, é notória a falta de políticas públicas que visem o desenvolvimento do ensino na modalidade de Educação do Campo<sup>5</sup>. Políticas públicas estas que desempenham papel fundamental para a implementação de ações, recursos, ferramentas, entre outros, que garantam o acesso a uma educação de qualidade.

Logo, este estudo busca compreender as fragilidades vivenciadas na modalidade de Educação do Campo neste período de grandes desafios. Ademais, são notórias as limitações e lacunas existentes quando se fala na educação para esses indivíduos, nas quais implicam-se desde falta de infraestrutura, recursos metodológicos, até o acesso e permanência dos mesmos no âmbito escolar.

A escolha deste tema relaciona-se a reflexões feitas a partir de observações feitas em sala de aula por meio do SubProjeto de PIBID, em Pedagogia, promovido pela UEPB/CAMPUS III, as quais indicaram efeitos negativos e limitações que a COVID-19 ocasionou no processo educativo dos estudantes. Nesse sentido, ao refletir acerca dessas limitações, retomo ao período de pandemia, onde era residente e aluna da zona rural, no Sítio Barro Vermelho, localizado na cidade de Riachão - PB. Tal realidade também me ocasionou desafios e problemas de conectividade, acesso às aulas e atividades acadêmicas que começavam a se desenvolver de forma remota na UEPB.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) forneceu o programa “Auxílio Conectividade” como forma de implantar as aulas remotas e assegurar aos estudantes a continuidade do ensino. O respectivo incentivo concedia 100,00 reais para aquisição de serviço de internet enquanto as atividades aconteciam de forma remota. No entanto, mesmo com a disponibilidade de rede de internet, ainda não era possível 100% do acesso, visto que, muitas vezes, nas áreas rurais não há conexão de qualidade, por fatores como: longa distância, terrenos acidentados, falta de monitoramento das empresas, entre outros fatores que influenciam em uma rede de internet de boa qualidade. Com base nisso, grandes foram as dificuldades para acessar as aulas remotas, devido a fraca conexão de internet, que impossibilitava o ato de assistir às aulas. Assim como, quando não se tinha a conexão para enviar atividades e trabalhos acadêmicos, era necessário o deslocamento para casa de familiares, vizinhos, ou até mesmo para a zona urbana.

Além disso, a temática da modalidade de Educação do Campo é relevante no trajeto educativo, visto que, o meu processo de alfabetização foi em uma Escola do Campo, denominada como Escola Municipal de Ensino Fundamental Sítio Barro Vermelho, a qual ainda hoje funciona no turno matutino, com turmas desde Pré-I até o 5<sup>a</sup> ano, com uma sala multisseriada, onde vivenciei as limitações e dificuldades apresentadas nesse ensino, como os pontos apresentados anteriormente. Como também, participei do Projeto de extensão “PROBEX/UEPB: Formação Docente: oficinas pedagógicas no contexto da Educação do Campo”, a qual tinha como objetivo desenvolver oficinas pedagógicas juntamente com os estudantes do curso de Pedagogia do Campus III, assim como, complementar a formação acadêmica dos mesmos com saberes adicionais para a disciplina Educação Escolar do Campo, e grande foram as contribuições para refletirmos e debatermos sobre a Educação do Campo.

---

<sup>5</sup> Na Resolução nº 04/2010/CEB/CNE, a Educação do Campo passa a ser reconhecida como modalidade de ensino a partir da homologação das Diretrizes Nacionais da Educação Básica de 2010, a qual prevê no artigo 35 e 36 adequações necessárias para o processo de ensino e para a construção significativa da identidade da escola do campo, conforme suas particularidades.

Dessa forma, é oportuno atentar a realidade e ao contexto em nossa volta, para buscar alternativas que colaborem com um ensino justo e realmente significativo.

Levando em consideração os desafios para ressignificar o processo de ensino e aprendizagem, e as práticas educacionais a partir do ensino remoto nas Escolas do Campo, este estudo tem como objetivo geral apresentar os desafios da Educação do Campo no contexto da pandemia da COVID-19, por meio de duas *lives* disponibilizadas pela plataforma do *YouTube*, no canal da TV FONEC. Como objetivos específicos, se tem: I) Analisar os desdobramentos do ensino remoto na Educação do Campo durante a pandemia; II) Investigar o direito à educação e os desafios da volta às aulas presenciais na pandemia; III) Refletir sobre os impactos da pandemia na permanência da Escola Pública nos territórios rurais e tradicionais. Apresentando a seguinte questão norteadora: De que forma os desafios enfrentados pela modalidade de Educação do Campo foram destacados no período da pandemia?

Para fortalecer as discussões propostas neste estudo, foram trazidas contribuições de autores como: Molina (2015), Viero e Medeiros (2018), Silva, Cunha e Santos (2021), Silva (2021), Bastos *et al.* (2023), entre outros autores. O trabalho dispõe de uma revisão literária de artigos, e posteriormente análises das *lives*, as quais expõem ideias e experiências vivenciadas no contexto da pandemia, dialogando com as ideias dos demais autores.

Desta forma, este trabalho está organizado da seguinte forma: metodologia, referencial teórico apresentando o seguinte tópico: 3. Educação do Campo: desdobramentos no ensino remoto; a seguir, os resultados e discussões apresentado os tópicos: 4.3 Refletindo sobre os impactos da pandemia na modalidade de Educação do Campo, considerações finais, referências e agradecimentos.

## 2 METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza qualitativa e busca compreender a totalidade dos fenômenos, como afirmam Silveira e Córdova (2009, p.31) “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Ademais, com o intuito de analisar as particularidades e desafios sobre este período de pandemia da COVID-19 vivenciado pela população do campo, seguimos a abordagem descritiva, que, segundo Gil (2002, p.42), “[...] as pesquisas descritivas têm como objetivo primordialmente a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Dessa forma, ao ter em vista o objetivo proposto, o estudo foi organizado em duas etapas: Etapa 1 – Pesquisa Bibliográfica, a qual, segundo Gil (2002 p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, utilizamos a revisão de literatura: para se chegar nestas práticas, o primeiro passo foi visitar as produções científicas que abordaram o tema “Os desafios da Educação do Campo no contexto da pandemia da COVID-19” em um período que ainda estávamos convivendo com a pandemia da COVID-19, em razão de levantar a situação emergencial de saúde pública de importância internacional e seus impactos acerca da temática no Brasil (março/2020). Para assim analisarmos o cenário educacional na modalidade de Educação do Campo tendo em vista os novos desafios no tempo presente do período da pandemia. Etapa 2 – Adoção de uma abordagem Netnográfica, a qual possibilita a aproximação de discussões e reflexões, a partir de diálogos *online*. Segundo Corrêa e Rozados (2017, p. 03), a Netnografia é “[...] um método de pesquisa, baseado na observação participante e no trabalho de campo *online*, que utiliza as diferentes formas de comunicação mediada por computador como fonte de dados para a compreensão e representação etnográfica dos fenômenos culturais e comunitários”.

As análises se deram a partir de duas *lives* disponibilizadas pela plataforma do *YouTube*, intituladas como: “Direito à Educação e volta às aulas na pandemia<sup>6</sup>” e “Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas<sup>7</sup>”, ambas *lives* transmitidas pelo canal TV FONEC (Canal do Fórum Nacional de Educação do Campo), nos meses de maio e abril de 2021. As devidas discussões contam com a presença de pesquisadores, educadores, assim como, com participantes de Movimentos Sociais e defensores de uma Educação do Campo de qualidade, entre outros, os quais expõem debates enriquecedores para pensar e repensar o ensino a partir dos desafios elucidados pela pandemia da COVID-19.

A seguir, será apresentado o seguinte tópico: Educação do campo: desdobramentos no ensino remoto, para a iniciação da análise dos desafios na educação do Campo no contexto da pandemia.

### 3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESDOBRAMENTOS NO ENSINO REMOTO

Com a propagação da COVID-19 por todo o mundo, foram adotadas novas medidas e métodos para questões de saúde pública, assim como, questões econômicas, sociais, políticas e também educacionais, visto que, o mundo se encontrava em um contexto de emergência sanitária mundial, causando consequências negativas e desastrosas, evidenciando ainda mais as desigualdades assolados na sociedade.

No ramo educacional, especificamente no Brasil, as restrições e medidas foram sendo tomadas de forma diversa, pois até então, havia uma “[...] ausência de uma política nacional de enfrentamento por parte do Governo Federal” (Morais; Penna, 2021, p. 11). Dessa forma, os estados e municípios optaram pela aplicação do uso das tecnologias no ensino, a partir do fechamento das escolas e do isolamento social. Assim, os poderes públicos depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, que em geral, estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. Além disso, foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido.

No entanto, a partir da utilização do ensino remoto, ficou evidente que o ensino educacional do Brasil não estava preparado para a ausência de aulas presenciais, assim como para a inserção do uso das tecnologias como fonte principal de ligação entre os docentes, discentes e o conhecimento. São notórias, ainda mais, as desigualdades e exclusões educacionais na modalidade da Educação do Campo, visto que a grande parte desses indivíduos não conheciam e não estavam apropriados a esse novo ensino e a essas novas ferramentas. Como destacam Silva, Cunha e Santos (2021):

No contexto educacional, a pandemia de covid-19 trouxe uma série de complicações, como: fechamento das escolas, suspensão das aulas, mudanças no processo de ensino e aprendizagem com adoção das aulas remotas, dentre outros. Esse quadro se agrava no contexto das escolas básicas do campo, pois essa realidade deixa visível o elevado índice de exclusão educacional, privações quanto às condições socioeconômicas, o elevado grau de vulnerabilidade dos camponeses no tocante à exclusão educacional e digital e quanto às condições de acesso e de uso das tecnologias de comunicação para realização do ensino remoto. (Silva; Cunha; Santos, 2021, p. 03)

Nesse sentido, o ensino remoto surge como forma de amenizar as dificuldades na aprendizagem dos estudantes, substituir o ensino presencial e garantir o ensino justo para todos,

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ARJN1cX90t0?si=IBjt-XH0NYTwiKOc>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGtN6F7zxI>.

sem distinção. Mas torna-se evidente que sua efetivação não foi igualitária, principalmente para a modalidade da Educação do Campo, pois nesse período obteve-se o aumento no número de fechamentos de escolas, de desigualdades tecnológicas, como também de falta de formação para os educadores do Campo.

Ademais, os sujeitos do campo buscam, por longos anos de lutas, o direito à educação e à significação de sua realidade. Mas o contexto ainda presente, necessita de políticas públicas e direitos que modifiquem esse cenário de exclusão. Silva, Cunha e Santos (2021) ressaltam que:

A escola básica do campo é caracterizada por uma política educacional em que predomina uma estrutura física inadequada, sem equipamentos didáticos e pedagógicos, isolada do acesso ao conhecimento tecnológico, com salas multisseriadas, com escolas nucleadas, com professores cuja formação é baseada em uma visão tecnicista e instrutiva, sem qualquer relação com os conteúdos da realidade dos camponeses, uma escola básica do campo constituída sob o velho paradigma de educação para o meio rural (Silva; Cunha; Santos, 2021, p. 09).

Dessa forma, com a chegada do novo vírus da COVID-19, as escolas passaram a se adaptar conforme o contexto vivenciado, mas, parafraseando, Silva, Cunha e Santos (2021), as escolas do campo já apresentam em suas estruturas físicas, em sua organização e em seus recursos metodológicos as chamadas limitações. Há uma desvalorização do ensino no campo, e, conseqüentemente, as escolas devem se estruturar conforme os recursos que são oferecidos. No entanto, há reduções constantes nos investimentos financeiros e nos recursos para a efetivação da modalidade de Educação do Campo. Ademais, segundo uma matéria publicada no *site* Assesoar (2020), “[...] um dos maiores motivos geralmente apresentados pelos representantes governamentais e secretaria de educação são da ordem econômica/financeira. A educação sob a ótica do gasto, do custo”, ou seja, a modalidade de Educação do Campo, é vista como “gasto” e não como investimento para essa população, enfraquecendo a estrutura de ensino. Com isso, há numerosos fechamentos de escolas, no qual os indivíduos do campo são postos a enfrentar longas distâncias para acessar as escolas nas zonas urbanas. Com base nisso, há vários interesses políticos e governamentais, que não mantêm esta modalidade como principal objetivo, causando danos tanto para o meio social, de sobrevivência e educacional. Conforme é destacado:

A diminuição populacional é a principal justificativa que embasa o fechamento das escolas do campo. No entanto, por trás disso existem interesses do projeto do capital sobre a agricultura brasileira, produzir commodities em larga escala para obtenção de lucro. Neste Viés a concentração de terra e o avanço do agronegócio é o principal objetivo. Para isso medidas foram sendo tomadas, o que perpassou desde as esferas municipais até a nível nacional, interferindo inclusive no acesso da classe trabalhadora às políticas públicas e programas sociais, o que causou grandes prejuízos a agricultura familiar e camponesa e inviabilizou o acesso a moradia, alimento, educação e saúde de qualidade (Assesoar, 2020).

Nesse sentido, é notória a existência, antes de tudo, de desinteresses políticos na modalidade da Educação do Campo. Objetiva-se apenas “amenizar os gastos” com poucos investimentos, optando, muitas vezes, pelos fechamentos das escolas e esvaziamento do meio rural. No período pandêmico, essas questões tornaram-se mais visíveis, pois tornou ainda mais presente as desigualdades tanto educacionais quanto as digitais. Educacionais perpassando pela falta de preparo para os docentes, sem uma formação continuada, assim como, a falta de informação, comunicação e de escolaridade dos pais desses estudantes que estavam com a responsabilidade de desenvolver as atividades juntamente com as crianças, o que dificultava as execuções das atividades entregues em suas casas e virtualmente. Além disso, as

exclusões/desigualdades digitais trouxeram grandes lacunas para esse ensino, por falta de manuseio e conhecimento dos estudantes, ou até mesmo pela falta de internet e de aparelhos digitais como, celulares, *tablets* ou computadores, pois os governos não asseguravam um auxílio, fornecimento de rede de internet ou equipamentos. Dessa forma, a falta de instruções e de oferta de internet, impossibilitou um bom desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, o qual trouxe angústias e incertezas acerca da forma com a qual a educação seria repassada para essa população. Acerca disso, Silva (2021, p. 09) salienta que “[...] a exclusão digital das escolas básicas do campo inviabiliza não apenas o ensino remoto, mas destitui o protagonismo dos camponeses do potencial produtivo da agricultura familiar”. Essa exclusão dificulta e distancia a utilização de redes de internet e equipamentos para os avanços na agricultura familiar, visto que, atualmente, as tecnologias são fundamentais para todas as áreas, potencializando as pesquisas, vendas, produções, disseminação de informações, entre outros benefícios que, cada vez mais, garantem a expansão necessária para o fortalecimento e crescimento de todas as áreas, seja da agricultura familiar, de empresas, redes de acesso, e até mesmo do meio educacional.

Dessa forma, as desigualdades sociais, digitais, e a falta de investimento dos governos, impossibilitou grandes avanços e alcances para uma significativa aprendizagem dos estudantes presentes na modalidade de Educação do Campo. Impactando na busca por uma educação igualitária, pois não houve uma política voltada para a tecnologia que realmente obteve eficácia nesse período para a população do campo. No entanto, a busca pelo fortalecimento e avanço educacional deve ser contínuo, pois a modalidade da Educação do Campo já vem dessa longa luta por melhores condições educacionais, a qual tem suas consolidações, mas ainda necessita de educação justa, que efetive seus direitos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao iniciarmos este estudo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a qual trouxe contribuições relevantes para o referencial teórico, assim como, para as colocações da pesquisa Netnográfica. Dessa forma, vale destacar que foi possível resgatar trabalhos acadêmicos que discutem e problematizam os impactos da COVID-19 nesta modalidade, a partir de termos como, “Impactos da COVID-19 na modalidade da Educação do Campo”, “Desigualdades e exclusões na modalidade de Educação do Campo no período da pandemia”, “Desenvolvimento da modalidade de Educação do Campo durante a pandemia da COVID-19”. Desse modo, evidencia-se a grande importância de refletir acerca dessa temática, uma vez que ainda vivenciamos os impactos da pandemia no meio educacional, e pouco se discute sobre isso. Nesse contexto, é oportuno ressaltar as contribuições adquiridas também pela referida pesquisa, a qual possibilitou discussões referentes à indagação inicial deste trabalho, as trazem fragilidades enfrentadas na modalidade da Educação do Campo no período da pandemia. Por meio de duas *lives* disponibilizadas pela plataforma do *YouTube*, no canal da TV FONEC (Canal do Fórum Nacional de Educação do Campo), o qual foi fundado em agosto de 2021 com o intuito de reunir materiais diversos e divulgar a luta em defesa da educação do campo, como também divulgar ações, experiências e debates acerca desta temática.

Partindo desse pressuposto, foram selecionados vídeos com o objetivo de compreender e refletir acerca da problemática desta pesquisa, a qual apresenta educadores e líderes de organizações populares, com o propósito de reunir os sujeitos sociais coletivos em defesa de lutas que assegurem os direitos das populações do campo à educação.

Dessa forma, a seguir será debatida de forma individual, cada *live* selecionada, apresentando um quadro que contém dados de cada uma e indicando a análise de cada uma delas pelo título.

**Quadro 1 - Título, participantes, data/ano e objetivo**

<b>Título</b>	<b>Participantes</b>	<b>Data/Ano</b>	<b>Objetivo</b>
Direito à Educação e volta às aulas na pandemia - TV FONEC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliene Novais (ADUnB/UnB)</li> <li>- Natália Bonavides (Deputada Federal pelo PT do Rio Grande Norte)</li> <li>- Heleno Araújo (Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE)</li> <li>- Élide Elenca - (UNE) a qual não se fez presente na <i>live</i>.</li> </ul>	13 de maio de 2021	Debater sobre a educação e os desafios frente à situação da pandemia, além de debater sobre os ataques que a educação vem sofrendo na conjuntura do período analisado e pressão para volta às aulas.
Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dr. Salomão Hage (PPGED - ICED - UFPA - FPEC)</li> <li>- Clarice Santos (UnB/Fonec)</li> <li>- André (Assesoar/Articulação Sul)</li> <li>João Costa Barros (Secretário de políticas sociais da FETAGRI - PA)</li> <li>Edjane Rodrigues (CONTAG)</li> </ul>	23 de abril de 2021	Dialogar sobre a importância da permanência da escola pública nos territórios do campo, indígenas, quilombolas e extrativistas, a partir da apresentação de duas campanhas educativas da CONTAG e da articulação Sul em defesa da escola do campo.

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

#### **4.1 Direito à Educação e volta às aulas na pandemia - TV FONEC**

Para a apresentação desta *live*, a professora Eliene Novais inicialmente aborda os objetivos a serem debatidos no decorrer desta transmissão, são eles: debater sobre a situação da educação, assim como, os desafios frente à pandemia e debater sobre os diversos ataques que a educação vem sofrendo. Para elucidar esta pauta, conta-se também, com a presença de Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o qual está à frente desse processo de luta em defesa da educação.

Ao iniciar sua fala, Heleno destaca a importância de dialogar sobre a política educacional, a qual torna-se fundamental para a educação brasileira. Posto isso, o mesmo faz um resgate histórico a partir da participação em fóruns de lutas e fóruns de mobilização para alterar a realidade da política educacional para o povo brasileiro a partir da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), o qual possibilitou, através desses movimentos, espaços em buscas de ampliação para a melhoria da educação. No entanto, houve grandes desafios para alcançar e garantir o direito ao acesso à educação, e investimentos de

políticas públicas. Ao refletir sobre esse processo histórico, Heleno aponta, ainda, os “desmontes” governamentais, que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2022), trata-se de um “tipo específico de mudança de política pública, caracterizada pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou de capacidades administrativas existentes para sua implementação” (IPEA, 2022). Nesse viés, o palestrante pontua que esses desmontes visam reduzir recursos que deveriam ser investidos na Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio, além das modalidades educacionais, como a modalidade de Educação do Campo, e isso, por sua vez, acarreta no fechamento de escolas.

Neste cenário, entra em pauta o Projeto de Lei N° 5595/2020<sup>8</sup>, que impõe e obriga, a volta às aulas como serviço essencial, e indica que deveria voltar ao ensino presencial de forma imediata, sem ter o asseguramento de volta às aulas de forma segura, no momento de colapso que atingia o Brasil, a partir da COVID-19. Desta forma, Heleno Araújo, enfatiza ainda mais este momento de desafios e de desmonte da educação. Ademais, parafraseando-o, esse desmonte trata-se de um ato “genocida” da atual gestão, no qual o governo não coloca a população e suas necessidades como prioridade. O palestrante ainda pontua que, para lutar em defesa da educação, se iniciaram mobilizações para o debate e para a aprovação do Projeto de Lei N° 2949/2020<sup>9</sup> que:

[...] cria comissões para discutir princípios, critérios, protocolos e medidas necessárias, discutindo de forma coletiva, com a comissão nacional, estadual e até a comissão da escola, para fazer um diagnóstico e montar uma estrutura que trabalha a perspectiva de ter segurança sanitária, para começar discutir o retorno das atividades presenciais (TV FONEC, 2021).

Dessa forma, são notáveis as lutas e os desafios frente ao momento pandêmico que a educação no Brasil - mas não só ela - estava enfrentando. Em primeiro lugar, por ser um período que ocasionou angústias e medos, sem um asseguramento em relação à saúde, às questões econômicas, sociais e educacionais e, em segundo lugar, ser um período de ataques e desmontes, sendo negado o direito e o acesso seguro ao ensino, fragilizando ainda mais a educação e as modalidades educacionais no referido país. Para dar continuidade, Natália Bonavides (PT/RN) também participa desse debate. A deputada pontua que:

[...] na pandemia, a gente sabe o que aconteceu, os problemas que o Brasil já tinha, eles foram aprofundados, ficaram ali mais evidentes [...] sem dúvidas Eliene, nesse tema de educação, foi onde ficou mais evidente. A gente já estava em crise econômica, antes da pandemia começar, a gente já estava em crise política antes da pandemia começar [...] e com a pandemia isso foi aprofundado. E na área da educação, Eliene, a gente viu com muita força aquele poço de desigualdade que já existia ser aprofundado (TV FONEC, 2021).

Como afirma a palestrante, a partir da pandemia, as desigualdades tanto econômicas, como sociais e educacionais, se agravaram mais ainda. Nesse sentido, a mesma ainda aborda que foi possível ver de perto o nível de diferença dessas desigualdades, pois:

Conheci uma família que tinha ali um aparelho celular para dividir entre três filhos, para cada um pegar um pouquinho do que desse de aula virtual. Como eu sei que teve família que estudando em escola particular, de classe média alta, pode ir de carro

<sup>8</sup> Segundo o Portal Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais.

<sup>9</sup> Mais informações disponíveis em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2067101&filename=Avulso%20PL%202949/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2067101&filename=Avulso%20PL%202949/2020).

passar no drive-thru para pegar o material preparado especialmente para educação a distância (TV FONEC, 2021).

Na fala da deputada, evidencia-se os níveis de oportunidades que cada população e sujeitos tiveram neste momento, e esse desnível educacional afeta gradativamente o processo de aprendizagem dos estudantes. Como destaca o site do *The World Bank* (2022):

A pandemia também gerou um alto custo para a acumulação de capital humano ao longo prazo e ampliou a lacuna de desigualdade. Em novembro de 2020, 27,8% das crianças das regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país, não estavam matriculadas ou não tinham acesso às atividades escolares. O acesso também foi menor para as crianças que vivem em áreas rurais (The World Bank, 2022).

Sabe-se que esse processo de desigualdade não se iniciou com a pandemia da COVID-19, mas agravou-se com ela, por falta de efetivação de direitos básicos e essenciais. Destaca-se, ainda, na fala de Natália Bonavides que, o até então governo, foi marcado por situações de omissões, desde estudantes sem acesso à internet e a equipamentos básicos de informática para assistir aulas em casa, até “[...] a tentativa de deslegitimar os espaços públicos de educação. A gente viu muitos efeitos contra Universidades Públicas, na tentativa de atacar professores, de se pautar projetos que tentam tirar a liberdade de ensino dos professores e incentivar uma verdadeira perseguição.” (TV FONEC, 2021).

Ao decorrer de sua fala, a palestrante indaga outros fatores que foram “fundamentais” para representar esse desnível social como: “[...] não houve ações efetivas para garantir ou pensar nas dificuldades apresentadas frente à crise sanitária; falta de suporte técnico e de plataformas aos professores, os quais tiveram que lidar com essa nova realidade e falta de condições materiais; o acesso a internet e acesso a equipamentos para os estudantes, os quais muitas vezes em suas casas não tinham nem divisões de cômodos necessárias para se concentrar para assistir às aulas.” (TV FONEC, 2021).

Outro fator que se enfatiza nesta *live* é a questão da imposição, como já destacado por Heleno Araújo e agora também por Natália Bonavides, do Projeto de Lei N° 5595/2020, o qual não houve o momento de refletir sobre as circunstâncias e perigos de se voltar às aulas naquele momento, sem uma segurança realmente efetiva ou condições de um retorno seguro e adequado para a não propagação do vírus. No entanto, nesse contexto de pandemia, com a tentativa de volta às aulas, foram sendo debatidos e criados projetos de leis<sup>10</sup> a partir do ano de 2020 os quais visam ofertar apoio aos estudantes, pois os mesmos sofreram grandes impactos e lacunas no processo de ensino e aprendizagem.

Para finalizar este debate, os participantes enfatizaram a importância das mobilizações, organizações populares e a coletividade de todos os sujeitos, desde os trabalhadores, até os estudantes, a fim de lutarem e buscarem melhorias para o bom desenvolvimento da educação. E, neste período de pandemia, vale ressaltar a importância de reinventar as ações a partir do contexto existente. Dessa forma, o movimento virtual também passa a ser necessário para a propagação de informações e intervenções fortalecendo os direitos já conquistados, e para

---

<sup>10</sup> Projetos de leis que foram criados no decorrer do período da pandemia da COVID-19: PL 3.411/21 - Institui o Programa Emergencial de Aprendizagem dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio, e de Acolhimento à Comunidade Escolar das Redes Públicas de Educação Básica (PEAA). Situação: apensado ao PL 7420/2006 - regime de tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2105239&filename=Avulso%20PL%203411/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2105239&filename=Avulso%20PL%203411/2021). Assim como, o Projeto de Lei n° 2222 de 2022 - Estabelece normas a serem adotadas até 31 de dezembro de 2026, com vistas à recuperação das perdas educacionais decorrentes da pandemia de COVID-19. Situação Atual: Em tramitação. Disponível em: [Projeto de Lei n° 2222, de 2022 - Matérias Bicamerais - Congresso Nacional](#). Acesso em: 10 de jan. de 2024.

refletir novas alternativas e políticas públicas que precisam ser criadas para o asseguramento do direito à educação e igualdade.

#### **4.2 Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas - TV FONEC**

A *live* em questão tem como propósito debater sobre a importância da permanência das Escolas do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas, sendo ressaltada pela ação afirmativa conduzida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A campanha “Raízes se formam no campo”, a qual diz respeito sobre “[...] a importância das escolas nas comunidades na perspectiva da formação, identidade camponesa, identidade das comunidades que vivem no campo, nas águas e nas florestas.” (TV Fonec, 2021), a qual também se articula com a campanha protagonizada pela Articulação Sul da Educação do Campo, intitulada como “Escola é vida na comunidade”, na perspectiva que a escola é o espaço e lugar central na vida das comunidades.

Para abrir a discussão, o professor deste debate, Dr. Salomão Hage, afirma que nesses “[...] últimos anos, mais de 150 mil escolas foram fechadas em todo o Brasil. No campo 101 mil e mais alguma coisa, só no campo. E isso se deve muitas vezes, aos desrespeitos” (TV FONEC, 2021). Como é destacado, nos últimos anos, há um crescente número de fechamento das Escolas do Campo. Dessa forma, é necessário ainda mais o compartilhamento de reflexões e organizações sociais que reivindicam a luta pelo direito à escola no e do campo, levando em consideração os sujeitos existentes nesse contexto.

Ao longo das considerações feitas pelos participantes, ressaltando a relevância da luta por melhorias, a relevância das resistências e das coletividades dos sujeitos, é oportuno levar em consideração a fala de Edjane Rodrigues, diretora das políticas sociais da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a qual aborda as questões que estão ligadas ao período pandêmico e às dificuldades enfrentadas. Ela fala dessas dificuldades e de como enfrentá-las através da campanha “Raízes se formam no campo: educação pública e do campo é direito nosso!”. Segundo ela:

[...] esse cenário que estamos vivendo no Brasil, que se aprofundou com a pandemia, veio a crise sanitária, aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil, é um cenário de muitos retrocessos, que ameaça as políticas sociais, então mais do que nunca este cenário, ele demonstra a importância de lutarmos em defesa das políticas públicas, e a política de educação é fundamental ( TV FONEC, 2021).

Nesse sentido, a pandemia veio elucidar ainda mais alguns retrocessos e estes tanto do meio educacional como: as desigualdades sociais e tecnológicas, como também a falta de políticas públicas e ações governamentais que fornecessem apoio às populações mais esquecidas e marginalizadas. Diante disso, os debates e movimentos de lutas que busquem avanços para todos esses aspectos, além da importância de resistir e persistir coletivamente são fundamentais. A entrevistada destaca, ainda, que, quando se fala na modalidade de Educação do Campo, não pode-se ter apenas um olhar de “produção”, é necessário um olhar de “gente”, que são sujeitos, homens, mulheres, crianças, pessoas de terceira idade, entre outras diversas que estão nesses espaços e necessitam de uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade. Nesse sentido, são realizados vários pontos de discussões que tem como objetivo dialogar sobre os direitos que os sujeitos do campo possuem, e muitas vezes são negados. Além disso, esses pontos são tratados sempre levando em consideração a campanha dita anteriormente, para evidenciar esses movimentos de resistências e lutas coletivas.

Conforme destacam Viero e Medeiros (2018, p. 01), “A identidade da educação do campo se constrói a partir da identidade e da diversidade cultural de seus sujeitos. Diz respeito a sua realidade, os seus saberes, a memória social, a vontade coletiva ligada a técnica (futuro)”.

Isto é, é preciso se pensar em uma educação onde esses indivíduos sejam sujeitos ativos, críticos e resistentes, através da coletividade, dos Movimentos Sociais e Organizações sociais.

Como proposta para elucidar esses movimentos de busca por uma educação de qualidade *no e do campo*, é apresentada, também, a campanha “A escola é vida na comunidade”, a qual tem como objetivo debater sobre o fechamento de Escolas do Campo, destacando as ações e articulações que são feitas para afirmar que a educação é direito e que a escola é vida na comunidade, a partir das ações já feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS), na qual é destacado que fatores postos como falta de estrutura, visão apenas de lucro sob o campo, falta de diálogo com a própria comunidade, compõem uma exclusão desses sujeitos. Além disso, é relatado por André, que faz parte da Articulação Sul, que, em meio à pandemia, os meios de comunicação por meio da rede de internet se tornaram essenciais para a propagação de informações e divulgação das lutas que essa campanha objetiva evidenciar.

Em suma, é possível concluir que houve grandes dificuldades no ensino em meio pandemia, dessa forma, não foram criadas e efetivadas políticas públicas que buscassem solucionar as demandas encontradas na modalidade de Educação do Campo frente a este período. Desse modo, é preciso resistir e organizar o ensino a partir dos desafios impostos pela pandemia.

### 4.3 Refletindo sobre os impactos da pandemia na modalidade de Educação do Campo

A partir das análises dos debates das *lives* destacadas, é visível que o período pandêmico vivido anteriormente ocasionou, quando se fala em educação, em grandes desafios e afetou o desenvolvimento no ensino, principalmente de estudantes que moram em zonas rurais. Com isto, há alguns fatores em comum nas duas *lives*, que colaboraram para as reflexões e para evidenciar as desigualdades educacionais e sociais que cresceram ainda mais devido à pandemia da COVID-19. Com base nisso, o quadro abaixo apresenta os aspectos e ideias em comum que ambos os debates trouxeram:

**Quadro 2** - Impactos da pandemia tratados nas duas *lives*

1. Aprofundamento da desigualdade educacional e tecnológica (TV FONEC, 2021).
2. Falta de políticas públicas educacionais para o desenvolvimento significativo da modalidade de Educação do Campo no contexto da pandemia (TV FONEC, 2021).
3. A importância das mobilizações e das lutas por melhorias nas políticas educacionais (TV FONEC, 2021).
4. Tempo de ressignificar e reconstruir os espaços de debates a partir do espaço virtual (TV FONEC, 2021).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

O primeiro ponto destacado entre as duas *lives* é a desigualdade educacional e tecnológica, a qual aprofundou-se com a chegada da pandemia no Brasil, visto que não havia ações ou programas governamentais que assegurassem todas as necessidades das populações mais vulneráveis. Com isso, houve um aumento no desnível entre classes e desigualdades nas modalidades educacionais. Dessa forma, como já destacado anteriormente, a educação sofreu um grande impacto no seu desenvolvimento e na continuação do processo de ensino e aprendizagem a partir da inclusão do ensino remoto.

Nesse viés, um dos grandes impactos ocasionados pelo vírus da COVID-19 no desenvolvimento educacional dos estudantes do Brasil, como mostra a pesquisa feita pela

Unicef, é a crescente taxa de analfabetismo de crianças de 07 a 09 anos de idade, entre os intervalos de 2019 a 2022, a qual indica que:

O aumento foi mais significativo entre aquelas crianças de sete anos de idade, passando de 20% em 2019 para 40% em 2022. Entre crianças de 08 anos, o analfabetismo mais que dobrou e subiu de 8,5% para 20,8% no período. Entre o grupo de 09 anos, a taxa aumentou de 4,4% em 2019, para 9,5% em 2022 (G1-Globo, 2023).

Dessa forma, o aumento do analfabetismo também avança por conta de desigualdades sociais, raciais, privações de direitos, questões socioeconômicas, entre outros fatores que desencadeiam até o cenário presente, retrocessos e efeitos negativos na aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, a modalidade de Educação do Campo também teve grandes desafios e impactos perante esse momento de crise sanitária mundial, pois foram precisas adequações rápidas e emergenciais sem um asseguramento por parte das políticas públicas governamentais, o que dificultou ainda mais o desenvolvimento do ensino nas zonas rurais, além disso, como afirmam Silva, Cunha e Santos (2021):

Antes da pandemia, a Educação do Campo, especificamente as escolas básicas do meio rural, estavam no centro do processo de precarização do ensino básico no campo, diante da política de desestruturação da rede escolar nas comunidades rurais e consequente esvaziamento do campo (Silva; Cunha; Santos, 2021, p. 02).

Ademais, é notório que a pandemia intensificou essas desigualdades que desfavorecem os sujeitos do campo, uma vez que as oportunidades de uma boa estrutura escolar, acesso a internet ou a aparelhos tecnológicos não aconteceu de forma igualitária. Dessa forma, as exclusões tanto sociais como tecnológicas, a falta de informação e manuseio por parte das/dos estudantes e dos seus responsáveis, geraram o atraso no ensino, assim como no processo de alfabetização a partir da implantação do ensino remoto de caráter emergencial. Além disso, de acordo com a Agência Brasil (2020), “[...] há uma discrepância em relação aos índices de conectividade/acesso à internet, enquanto na área urbana o percentual é de 77%, na zona rural o percentual é de 53%. Já quando se fala em tecnologias digitais, como acesso ao computador, na área urbana o percentual é de 62%, enquanto na zona rural o índice é de 32%” (Agência Brasil, 2020).

Com os dados atualizados pelo site Terra.com (2023), “[...] a conectividade dos domicílios é maior na área urbana, sendo 82% das residências com internet, enquanto na área rural o índice é de 68%.” (Terra.com, 2023). Dessa forma, esses índices enfatizam ainda mais essas desigualdades presentes no campo. A Educação do Campo, desde o início da pandemia, não teve grandes resultados ou avanços referentes ao acesso às redes de internet ou o acesso a aparelhos tecnológicos, ou seja, não foi um ensino democrático e acessível para todos os estudantes.

Nesse sentido, o segundo ponto debatido em ambas as *lives* está ligado à falta de políticas públicas educacionais para o desenvolvimento significativo do ensino para a população do campo no contexto da pandemia. Segundo Bastos *et al.* (2023):

As políticas públicas se configuram como intenções, ou seja, podem ser definidas como ações de atores públicos para intervir, regulamentar ou mesmo prestar serviços, em diversos campos e grupos sociais, a exemplo da educação, com contribuições para o processo de aprendizagem alinhadas ao acesso e qualidade da educação. (Bastos *et al.*, 2023, p. 2827)

Conforme afirmam os autores, as políticas públicas educacionais visam desenvolver ações ou soluções de problemas públicos; no entanto, com essa nova realidade de ensino

emergencial, não houve medidas significativas para o ensino pleno na modalidade de Educação do Campo, como já destacado no decorrer desta pesquisa e isso traz problemáticas que, segundo Silva, Cunha e Santos (2021):

[...] quanto às condições das escolas básicas do meio rural, pois nem todas as escolas estão preparadas para desenvolver essa proposta, em razão do acesso à internet, instrumentos tecnológicos, realidade que se agrava pela ausência de formação dos professores e dos alunos para o ensino remoto e de suas condições de acesso às TICs (Silva; Cunha; Santos, 2021, p. 03).

Ademais, a falta de políticas públicas educacionais destacadas em ambos os debates, liga-se diretamente aos desmontes educacionais e omissões de direitos, os quais atingem diretamente as populações oprimidas e isso ficou evidente com a redução de recursos e falta de investimentos em um ensino de qualidade. Como enfatizado pela matéria “Pandemia agrava desmonte da Educação do Campo” publicado por Brasil de Fato (2020):

[...] o ensino na pandemia se coloca nesse contexto, cuja política educacional também concretizava um gigantesco retrocesso, no acesso, permanência e qualidade da educação das classes populares, acentuando o caráter de classe da educação e retomando com intensidade uma concepção de educação reducionista e fortemente atrelada às necessidades do mercado capitalista (Brasil de Fato, 2020).

Nesse contexto, ambas as *lives* destacam a falta de políticas públicas educacionais que fortaleçam as necessidades e ultrapassem as precarizações já existentes nas Escolas do Campo, visto que, sem uma política pública efetiva, o ensino conseqüentemente é fragilizado.

Além disso, é relevante destacar o Projeto de Lei Nº 14.533<sup>11</sup> de Janeiro de 2023, a qual institui a Política Nacional de Educação Digital, objetivando potencializar e promover o acesso da população brasileira a recursos tecnológicos, práticas e ferramentas digitais, destacando a inclusão e a acesso as novos recursos digitais no meio escolar, no entanto, não há um destaque específico para a Educação do Campo, há apenas ausência de um olhar sensibilizado para esta população, ou seja, as limitações e exclusões ainda prevalecem.

Dessa forma, onde deveria existir avanços, há apenas retrocessos, pois, faltas de ações governamentais causam exclusões e negações de direitos. No entanto, esse direito continua sendo negado. Constatamos nos últimos dez anos a intensificação do fechamento aleatório das Escolas do Campo no Brasil. Diante deste cenário, é importante demonstrar a necessidade de fortalecimento das políticas públicas educacionais para os povos camponeses, com educadores e educadoras que compreendam a realidade das famílias camponesas a partir do respeito às histórias de vida, memórias e identidades dos sujeitos do campo.

Para tanto, é de extrema relevância a participação ativa dos movimentos sociais, construída pelos homens, mulheres e trabalhadores. Dessa forma, o terceiro destaque entre as duas *lives*, reforça a importância dessas mobilizações coletivas e lutas por melhorias nas políticas públicas educacionais e pelos direitos dos sujeitos do campo, pois é através das resistências que se tem vozes ativas e coletivas que se consolidam por meio de reivindicações, organizações populares, movimentos sociais, entre outros e que buscam romper com as tentativas de silenciamento dessa população.

Ademais, como enfatizam Bicalho, Macedo e Rodrigues (2021), “[...] a educação do campo é uma conquista dos movimentos sociais, nasceu de demandas populares pelo direito à educação de qualidade e com respeito à diversidade do campo” (Bicalho; Macedo; Rodrigues, 2021, p. 50). Mas não se limita apenas a luta pelo direito à educação, como aborda Molina (2015):

<sup>11</sup> Mais informações disponíveis em: <https://search.app/i9ek1rxEuZUtBhB28>.

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida (Molina, 2015, p.381).

Nessa perspectiva, a luta da população do campo consiste na conquista de questões como: reforma agrária, trabalho, lazer, saúde, educação e outros aspectos que superam a negação de direitos e os estereótipos de inferioridade. Dessa forma, fica evidente a importância de que cada vez mais as mobilizações sejam persistentes, mesmo em tempo de retrocesso, como destacado pelas campanhas debatidas, “Raízes se formam no campo: educação pública e do campo é direito nosso!” e “A escola é vida na comunidade”, no tópico anterior, “Permanência da Escola Pública nos Territórios do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas”.

As respectivas campanhas destacam a luta contra o fechamento de Escolas do Campo, o qual ainda está ligado diretamente à falta de investimentos, e sob a óptica de “custo” que ainda sofrem as Escolas do Campo. Além de ambas as campanhas defenderem as escolas nas comunidades na perspectiva da formação, identidade camponesa, identidade das comunidades que ali vivem, com o objetivo de valorizar a comunidade como um todo, e a importância de se repensar em uma escola *no* e *do* campo.

Para finalizar os aspectos em comuns entre as discussões obtidas nas *lives*, é tempo de ressignificar e reconstruir os espaços de debates a partir do contexto existente de desafios diante da pandemia, ou seja, ressignificar os meios de comunicação e luta por meio dos espaços virtuais. Ambos os palestrantes reforçaram que, por mais que sejam tempos de incertezas e retrocessos, a busca por melhorias e direitos não deve parar ou ceder para as opressões. Dessa forma, utilizar os novos meios de comunicação para informar, refletir e dialogar é de suma importância, visto que, há diversos meios para divulgar informações, como, por exemplo, plataformas digitais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, entre outros meios que são pertinentes para expandir debates sobre os desafios do presente cenário. Ademais, na atualidade, todos os meios de comunicação passam ou devem passar por diversas mudanças e melhorias, e com a chegada da pandemia foi necessária uma readaptação para todos se comunicarem e interagirem. Neste trabalho utilizamos a TV FONEC como fonte principal de informação e reflexão, a qual obteve papel fundamental no decorrer da pandemia, pois a mesma permitiu e permite a ampliação de diálogos e lutas diante do atual contexto por meio de plataformas digitais. Segundo Molina (2015):

O Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC se constitui, atualmente, em espaço central de articulação dos diferentes sujeitos coletivos que lutam por esta causa. A partir da realização de reuniões ampliadas de trabalho; da produção de Notas Técnicas e de Seminários Nacionais, o FONEC vem se legitimando como um dos principais intelectuais coletivos da Educação do Campo, produzindo análises sobre esta conjuntura, com a perspectiva de orientar, a partir destas análises comuns, o sentido e direção das lutas a serem empreendidas pelas diferentes organizações que o integram (Molina, 2015, p. 380).

Dessa forma, é essencial a utilização de espaços como este que permitem diálogos e análises, as quais propagam informações para sujeitos de diversos lugares, fortalecendo as lutas dos sujeitos coletivos que buscam por seus direitos, além de ser um ambiente de formação para todos. Portanto, torna-se necessário, em meio aos desafios, obter um novo olhar para ressignificar as lacunas presentes, como os pontos tratados anteriormente: as desigualdades educacionais e tecnológicas, a falta de políticas públicas educacionais, os desmontes e omissões de direitos, entre outros, que necessitam ainda mais de mobilizações e ações significativas para a modalidade de Educação do Campo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou responder a seguinte questão: De que forma os desafios enfrentados pela modalidade de Educação do Campo foram destacados no período da pandemia? Dessa forma, os resultados obtidos revelam o aprofundamento das desigualdades educacionais, assim como, a falta de acesso à rede de internet de qualidade e a aparelhos tecnológicos, bem como, a limitação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento significativo dos estudantes e docentes a partir do ensino remoto.

Nesse viés, os desafios evidenciados pela pandemia da COVID-19, não se detêm apenas na forma de ensino, mas também às dificuldades e aos obstáculos já existentes na modalidade de Educação do Campo, como a falta de infraestrutura nas escolas para o fornecimento das atividades, o despreparo e a falta de manuseio dos docentes, estudantes e seus responsáveis para a efetivação do ensino remoto.

Desse modo, a partir do que foi exposto por meio da pesquisa Netnográfica e através das discussões, é notório que o contexto da pandemia releva os desmontes educacionais, as desigualdades educacionais e tecnológicas, e as exclusões que desconfiguram o processo de aprendizagem significativo para essa população, visto que, se não há uma oferta de rede de internet de qualidade, se não há um monitoramento e apoio no desenvolvimento das atividades e dos estudantes, se não há investimentos, recursos essenciais e básicos, não há progressão no ensino, visto que, não há uma sensibilidade de pensar em uma educação justa e de qualidade em meio a esse cenário.

As discussões aqui apresentadas têm como finalidade elucidar os desafios da modalidade de Educação do Campo no contexto da pandemia. Mas há algumas lacunas que precisam ser debatidas e aprofundadas nos próximos estudos. Ao desenvolver esta pesquisa, por mais que já existam trabalhos que esclareçam os desafios do ensino no contexto da pandemia, senti falta de arcabouços teóricos que demonstrem ainda mais os impactos da pandemia na Educação do Campo, assim como, pesquisas a campo que evidenciam dados estatísticos das limitações e exclusões que esses estudantes sofreram nesse contexto. Outro fator que necessita ser aprofundado, já que até o presente momento ainda vivenciamos consequências da pandemia, é o de quais ações estão sendo pensadas para recompor e se repensar o desenvolvimento do ensino para a população do campo, já que não houve uma política pública ou ações totalmente eficazes para a efetivação de um ensino justo e igualitário?

Portanto, algumas lacunas devem ser debatidas. Dessa forma, discutir e problematizar questões como estas postas no decorrer da pesquisa são fundamentais, visto que, as consequências e os impactos da pandemia prevalecem presentes no ensino. Além disso, é necessário uma reorganização no modelo de ensino referente a esse contexto, reconhecendo as necessidades recorrentes da pandemia e assim, buscar novas alternativas a fim de ressignificar a educação e de reafirmar a importância da resistência e da coletividade dos sujeitos do campo, além de lutar contra os retrocessos e desafios que são contínuos, mas que devem ser vencidos.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Milton Nilson Vasconcelos. As implicações da pandemia nas políticas públicas educacionais. Maranhão, **Revista contemporânea**, v. 03, n. 04, p. 2825 - 2838, 2023.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches; RODRIGUES, Guilherme Goretti. Em defesa da educação do campo: enfrentando o desmonte das políticas públicas. Rio de Janeiro, **Periferia**, v. 13, n. 02, p. 39–59, 2021.

BRASÍLIA. Lei Nº 14.533 de 11 de Janeiro de 2023. **Portal do Planalto**, 2023. Disponível em: <https://search.app/i9ek1rxEuZUtBhB28>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n. 49, p. 1 - 18, 2017.

Covid-19 - Biblioteca virtual em saúde MS. **Biblioteca virtual em saúde**, 2021. Disponível em: Covid 19 | Biblioteca Virtual em Saúde MS ([saude.gov.br](http://saude.gov.br)). Acesso em: 10 de nov. de 2023.

FEDEL, Andre de Souza; SOUZA, Luneia Catiane de; ALBA, Rogéria Pereira. Educação do campo: direito nosso, dever do Estado! **Assesoar**, 2020. Disponível em: <https://assesoar.org.br/educacao-do-campo-direito-nosso-dever-do-estado/>. Acesso em: 09 de nov. de 2023.

FERREIRA, Marcelo. REINHOLZ, Fabiana. Pandemia agrava desmonte da educação do campo. Rio Grande do Sul, **Brasil de fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/08/25/pandemia-agrava-desmonte-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 15 de fev. de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

MANSUR, Rafaela; SALGADO, Rodrigo. Taxa de analfabetismo de crianças de 7 a 9 anos dobra entre 2019 e 2022 no Brasil, diz Unicef. Minas Gerais, **G1.globo**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/10/10/taxa-de-analfabetismo-de-criancas-de-7-a-9-anos-dobra-entre-2019-e-2022-no-brasil-diz-unicef.ghtml>. Acesso: 29 de dez. de 2023.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, v. 06, . 02, 2015.

MORAIS, Juliana Lopes Lelis de; PENNA, Nelba Azevedo. Os Institutos federais e o ensino de geografia em tempos de pandemia. **Revista Mato-grossense de Geografia**, v. 19, n. 01, p. 3 - 17, 2021.

Diretrizes para a Educação Básica. **Portal do Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <https://search.app/KHmj2JTwbX1ziKUa7>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

**PL 5595/2020**. Dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços de atividades essenciais. Portal Câmara dos deputados,

2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267745>. Acesso em: 21 de dez. de 2023.

**PL 2949/2020.** Dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito de enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19). Portal Câmara dos deputados, 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2253934>. Acesso em: 21 de dez. de 2023.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da; CUNHA, Adriana Lima Monteiro; SANTOS, Thaynam Alves dos. Educação básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem?. **Revista @mbienteeducação**, p. 417–431, 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2009. P.31 - P.42.

TORNIERO, Gustavo. Dados sobre exclusão digital evidenciam desafios para grupos vulneráveis. **Terra**, 2023. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/byte/opiniao/gustavo-torniero/dados-sobre-exclusao-digital-evidenciam-desafios-para-grupos-vulneraveis,da58f4afff4185bf72eee7f8ee5c4791o3jsa448.html#:~:text=A%20faixa%20etária%20com%20menos,E%20não%20acessaram%20a%20internet>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

TV FONEC. Direito à Educação e volta às aulas na pandemia. **YouTube**, 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/live/ARJN1cX90t0?si=IBjt-XH0NYTwlKOc>. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

TV FONEC. Permanência da Escola Pública nos Território do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas. **YouTube**, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_iGtN6F7zxI](https://www.youtube.com/watch?v=_iGtN6F7zxI). Acesso em: 03 de jan. de 2024.

VALENTE, Jonas. Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa. A maioria acessa a internet pelo celular. **AGÊNCIA BRASIL**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 29 de dez. de 2023.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Muller. Princípios e concepções da educação do campo. 2018.

World Bank Group. Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para a população vulnerável. **The World Bank**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 23 de dez. de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por seu todo amor incondicional. Por fazer com que eu não desistisse dos meus sonhos, por permitir que chegasse até aqui e por ter me guiado em todos os momentos difíceis e de angústia.

A minha mãe, Lenice Galdino, por todo seu amor, dedicação, afeto, apoio, e companheirismo em todos os aspectos da minha vida, por não medir esforços e sempre me incentivar a seguir meus sonhos.

Ao meu pai, José Alberto, que não mediu esforços e por sempre buscar melhores caminhos para os meus estudos, e por todo seu carinho dedicado em vida para os seus filhos.

Aos meus irmãos e minha avó, Maria José, por toda compreensão, incentivo, encorajamento e por sempre vibrarem com minhas conquistas.

A minha prima e colega de curso, Jakline Oliveira, por toda amizade, acolhimento, cumplicidade, alegria, compreensão e por todo apoio nos momentos difíceis, sua presença foi fundamental ao longo da minha formação.

A minha orientadora, profa. Kamila Karine Santos Wanderley, pela dedicação, disponibilidade, orientação, cuidado e paciência ao longo desse período de formação, agradeço grandemente.

Aos meus colegas de graduação, Janiele Sousa, Ana Vilma, Maria Cristina, Eduardo Bento, Rozimere Marques e aos demais colegas, pela amizade, companheirismo, alegria, por ter tornado esse percurso de formação mais leve, pela perseverança nos momentos difíceis e troca de experiência ao longo dessa jornada.

A todos os professores do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III, que contribuíram de alguma forma para este trabalho e para minha formação pessoal e acadêmica.

E a todos que direta e indiretamente contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho e enriqueceram o meu processo de aprendizado.